

Boletim Conjuntural

1ª Edição

ANO I



BOLETIM CONJUNTURAL

**CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
CORECON CEARÁ**

2016 ANO I

ORGANIZADORES

**EDILSON AZIM SARRIUNE
LAURO CHAVES NETO**

ARTICULADORES

Allisson David de Oliveira Martins
Almir Bittencourt
Anderson Passos Bezerra
Carlos Eduardo dos Santos Marino
Célio Fernando Bezerra Melo
Desirée Mota
Edilson Azim Sarriune
Henrique Marinho
Izabel Christina de Carvalho Colares Maia
Lauro Chaves Neto
Marcos Matos Brito de Albuquerque Júnior
Ricardo Eleutério Rocha

2016

SUMÁRIO

Apresentação	3
Desempenho dos gastos Públicos	4
Desemprego Aumenta e Nível de Renda Diminui	5
Mercado de Crédito no Ceará	6
Dominância Fiscal e a Taxa de Juros no Brasil	7
Economia e “hemiplegia moral”	9
O ovo ou a galinha? Crise política, econômica e fiscal	10
O Gigante pela Própria Natureza Continua a Dormir em Berço Esplêndido	12
Crise Político-Institucional-Econômica do Estado Brasileiro	13
Gestão por Resultados no setor público	14
Porque a independência do Banco Central	16
O Desempenho da Economia do Nordeste em 2016	16
A Previdência Complementar - Fonte de poupança para o País	17
Análise do Câmbio	19
A Perícia Econômico-Financeira	20
Política de rendas: por que e para quem?	22

APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Economia do Ceará (Corecon-CE) contribui com a sociedade cearense na análise crítica da Conjuntura Econômica e os seus impactos na vida das pessoas, famílias, empresas e governo.

A realidade econômica é complexa, possuindo diversos olhares de acordo com cada uma das correntes acadêmicas, sendo assim o CORECON-CE respeita e estimula a pluralidade com a edição trimestral de análises das perspectivas da economia nacional, regional e local, priorizando eixos de grande relevância para a economia.

As análises de 2016 foram consolidadas em um único documento facilitando o acesso e a consulta aos leitores. Foram 15 artigos escritos por 12 Economistas.

As opiniões contidas em cada artigo são de responsabilidade de cada autor e não representam uma opinião institucional do CORECON-CE.

Desempenho dos gastos Públicos



Edilson Azim Sarriune

Presidente do Conselho Regional de Economia do Ceará

O setor público consolidado, formado por União, estados e municípios, registrou déficit primário, receitas menos despesas, sem considerar os gastos com juros, de R\$ 22,267 bilhões, em agosto, informou nesta sexta-feira (30) o Banco Central (BC). Esse foi o pior resultado para o mês na série histórica, iniciada em dezembro de 2001. O resultado do mês superou o déficit primário de R\$ 7,310 bilhões de agosto de 2015.

Nos oito meses do ano, o resultado negativo chegou a R\$ 58,859 bilhões, contra déficit de R\$ 1,105 bilhão, em igual período de 2015. Em 12 meses encerrados em agosto, o déficit primário ficou em R\$ 169,003 bilhões, o que corresponde a 2,77% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

Em agosto deste ano, o Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) registrou déficit primário de R\$ 22,143 bilhões. Os governos estaduais também apresentaram resultado negativo, com déficit primário de R\$ 818 milhões, e os municipais, superávit de R\$ 165 milhões. As empresas estatais federais, estaduais e municipais, excluídas empresas dos grupos Petrobras e Eletrobrás, acusaram superávit primário de R\$ 529 milhões, no mês passado.

A meta fiscal prevê um déficit primário de até R\$ 163,9 bilhões nas contas públicas este ano. Para chegar a esse resultado do setor público consolidado, a expectativa é que o governo federal apresente déficit primário de R\$ 170,496 bilhões e estados e municípios, um superávit de R\$ 6,554 bilhões.

Em agosto, os gastos com juros nominais ficaram em R\$ 40,676 bilhões, contra R\$ 49,703 bilhões em igual mês de 2015. De janeiro a agosto, os gastos chegaram a R\$ 254,575 bilhões. Em 12 meses encerrados em julho, as despesas com juros ficaram em R\$ 418,035 bilhões, o que corresponde a 6,86% do PIB.

De acordo com o BC, as despesas com juros estão menores este ano devido aos ganhos do BC em operações de compra e venda de dólares no mercado futuro, chamadas de swap cambial. Neste ano, até agosto, o BC lucrou mais de R\$ 72 bilhões, sendo que, no ano passado, o prejuízo ficou em cerca de R\$ 74 bilhões.

O déficit nominal – formado pelo resultado primário e os resultados de juros – ficou em R\$ 62,943 bilhões no mês passado, ante R\$ 57,013 bilhões de agosto de 2015. Nos oito meses do ano, o resultado negativo foi de R\$ 313,434 bilhões, contra R\$ 339,431 bilhões em igual período de 2015. Em 12 meses encerrados em agosto, o déficit nominal atingiu R\$ 597,038 bilhões, o que corresponde a 9,64% do PIB.

A dívida líquida do setor público – balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais – somou R\$ 2,638 trilhões em agosto, o que corresponde a 43,3% do PIB, contra 42,5% de julho. A dívida bruta (contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais) chegou a R\$ 4,272 trilhões ou 70,1% do PIB.

Desemprego Aumenta e Nível de Renda Diminui

O cenário econômico apresentou no último trimestre / Abril de 2016, a maior taxa de desemprego desde 2012, segundo o IBGE /PNAD, passando de 10,2% em Fevereiro para 11,2% em abril/2016, representando uma população desempregada de 11.411.000 pessoas.

O desemprego cresceu porque mais pessoas entraram no mercado de trabalho e não encontraram uma ocupação e também porque o número de demissões aumentou.

A população desempregada cresceu 40,3% no trimestre até maio sobre o mesmo período do ano passado, um acréscimo de 3,3 milhões de pessoas. Na comparação com o trimestre até fevereiro, houve alta de 10,3% (mais 1,07 milhão de pessoas). Com isso, o conjunto de desempregados somou 11,4 milhões de pessoas no trimestre encerrado em maio, ante 8,157 milhões. O trimestre findo em maio contou com 1,5 milhão a menos de trabalhadores com carteira assinada, perante um ano antes. A queda de 4,2% é maior para o período desde 2012, início da pesquisa.

O número de trabalhadores por conta própria também cresceu no último ano, subiu 4,3% ante o trimestre encerrado em maio do ano passado, ganhou mais de 950 mil pessoas.

O levantamento trouxe ainda que o nível de ocupação caiu para 54,7% no trimestre até maio, ante o trimestre de Fevereiro que foi de

55,1%. A população na força de trabalho, também conhecida por economicamente ativa, aumentou 2% (2,028 milhões), comparação com o trimestre até fevereiro.

A chamada população fora da força de trabalho (inativa) aumentou 146 mil pessoas (0,2%), para 63,842 milhões de pessoas no trimestre até Abril/2016. Além do aumento do desemprego, a Pnad Contínua mostrou queda no rendimento das pessoas ocupadas. O valor médio habitualmente recebido em todos os trabalhos, de R\$ 1.982, diminuiu 2,7% no confronto com igual período do ano passado, quando era de R\$ 2.037. A massa de rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas foi estimada em R\$ 175,6 bilhões, queda de 3,3% em relação a 2015.

Mercado de Crédito no Ceará



Allisson David de Oliveira Martins

Professor da UNIFOR e economista do Banco do Nordeste e ex-presidente do Corecon-CE

Infelizmente as notícias pessimistas no cenário econômico nacional e local continuam brotando. Desta vez é o crédito. No Ceará, segundo Informações do Banco Central, o saldo das operações de crédito no estado registrou R\$ 64,6 Bilhões em maio de 2016, ante R\$ 61,2 Bilhões no mesmo mês do ano anterior, o que descontando os efeitos do processo inflacionário, representa retração real de 4,9%.

Nos tempos áureos do crescimento econômico, fundamentalmente baseado no consumo, onde o crédito era o combustível da atividade econômica, chegou-se em 2008 o mercado de crédito a atingir crescimento nominal de 47,8% ao ano. Entre os tomadores de crédito, na comparação com o observado em maio do ano passado, as pessoas físicas, que demandam crédito essencialmente para consumo, apresentaram queda real

de 3,2%, enquanto que as pessoas jurídicas, onde direcionam recursos para produção e formação de estoques, recuou 6,8%.

Além do resultado quantitativo negativo, verifica-se uma piora qualitativa das operações do crédito no Ceará, haja vista a rápida elevação dos índices de inadimplência ao longo dos últimos meses. O estado registrou no último mês de maio, índice de inadimplência de 4,26%, ante 3,02% em maio de 2015, o que sinaliza uma trajetória crescente das dívidas em atraso no estado.

Somente a tempestade econômica se dissipando nos próximos períodos, criando uma ambiência propícia para o soerguimento do crescimento econômico, conjugado com a volta da confiança dos agentes econômicos, é que o mercado de crédito voltará a apresentar resultados positivos.

Referências

Banco Central do Brasil (Bacen). Economia e finanças: indicadores de conjuntura-gerenciador de séries temporais-economia regional: crédito. Brasília, DF, 2016. Disponível: em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 27 junho. 2016.

Dominância Fiscal e a Taxa de Juros no Brasil



Almir Bittencourt

Economista, conselheiro do CORECON CE e Professor Universitário.

Um tema que tem sido objeto de muitas discussões acadêmicas diz respeito à condução da política econômica, nos dias atuais, e em que medida estaria caracterizada a existência ou não das condições para a prevalência de dominância fiscal no Brasil, bem como seu possível efeito sobre a taxa de juros. A esse respeito, inicialmente, é necessário que se tenha clareza sobre o que efetivamente significaria esse estágio da política econômica denominado de dominância fiscal.

O conceito de dominância fiscal possui pelo menos três visões distintas, sendo que a mais difundida entre nós deve-se ao estudo de Blanchard (2004)¹, que utilizou a economia brasileira de 2002 e 2003 como fonte de verificação empírica de suas hipóteses em um modelo estrutural com política monetária restritiva. Segundo essa abordagem, um aumento da taxa nominal de juros em resposta ao aumento da inflação acima da meta definida pela autoridade monetária produziria uma trajetória explosiva da dívida pública em um regime de metas de inflação.

De outro modo, Samuel Pessoa, em um recente artigo na Folha de S. Paulo (13/10/2016), resume de forma bem clara o regime de dominância fiscal: "é a situação em que o Estado não consegue gerar receita, por meio de impostos ou contribuições, suficientes para financiar seus gastos. Nesse caso, é necessário imprimir papel². A receita da impressão do papel, chamada de senhoriagem, fecha a conta. Nesse caso, acrescenta, a dominância fiscal é a uma situação em que não é possível controlar a inflação, pois o juro que a controla produz explosão da dívida."

Estaria, portanto, a economia brasileira numa situação de dominância fiscal? O quadro atual apresenta uma combinação de elevadas taxas de juros, déficit público crescente e dívida pública em uma trajetória acelerada e preocupante, fatores que a indicariam. A situação de total descontrole da gestão fiscal e pode levar a uma completa insolvência do setor público federal, como já vem acontecendo com os estados, caso não sejam adotadas urgentes providências de ajuste. É evidente que os juros elevados têm uma forte contribuição na elevação do estoque da dívida pública para além do seu limite sustentável, por meio do impacto sobre o serviço dessa dívida.

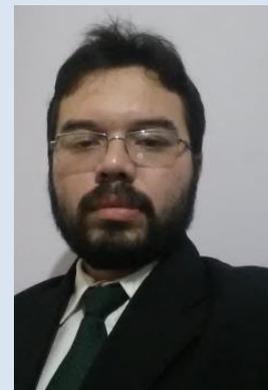
Mas se a contribuição dos juros para elevação da dívida é de fato significativa, a pergunta que geralmente é feita, e tem sido um debate muito atual, por que o Banco Central, que tem o controle da política monetária, não baixa os juros? A resposta está relacionada ao esclarecimento de uma confusão que há entre causa e resultado. A taxa de juros básica da economia é elevada pelas necessidades de financiamento do setor público que, ao incorrer em constantes déficits, avança sobre a poupança privada para financiá-lo. Ao colocar títulos públicos no mercado, pressiona a taxa de juros no sentido da alta e induz os agentes para a aquisição de seus papéis. E, dessa forma, o setor privado desloca poupança de projetos produtivos para financiar o crescente déficit público e a consequente elevação do estoque da dívida pública.

É mais que evidente que o País necessita urgentemente de um novo regime fiscal, de modo a se evitar uma situação de crescimento incontrolável da dívida pública, elevando a probabilidade de default, dos prêmios de riscos e do retorno da hiperinflação, repetindo uma história conhecida como a década perdida.

¹ BLANCHARD, O. *Fiscal dominance and inflation targeting: lesson from Brazil*. NBER WP, n. 10389, 2004.

² *Refere-se a papel-moeda.*

Economia e “hemiplegia moral”



Anderson Passos Bezerra

*Economista e mestre em Teoria Econômica pela
Universidade Federal do Ceará (CAEN-UFC)*

José Ortega y Gasset, filósofo espanhol em seu livro “A rebelião das Massas” (1937), escreveu: “Ser de esquerda é, como ser de direita, uma das infinitas maneiras que o homem pode escolher para ser um imbecil: ambas, em efeito, são formas da hemiplegia moral.”, a frase sintetiza o sentimento de nossos tempos (desde aquela época!), mas não se pode ignorar que os tempos, a qualquer tempo, é (também) o reflexo das condições materiais em que estamos situados. O embate político é a atmosfera respirada hoje no Brasil, argumentam alguns, a repetir um clichê que já nasce velho, de que tal embate, não faz bem a sociedade, discordo completamente, assim como discordava quando o clichê em voga era a pouca politização do brasileiro. Do gênero monopólio, o da política, é talvez o mais nefasto. Há razões para o atual interesse - e diriam alguns, súbito(!)- político do brasileiro? Diz o adágio popular que quando a cabeça não pensa o corpo padece, mas imagino que o hoje requer uma leitura inversa, os corpos padecendo estão fazendo as cabeças pensarem, as condições macroeconômicas estão dadas, dólar oscilando entre R\$3,30 e R\$3,50, queda do PIB em 2015 de -3,8% e estimativas de 2016 a cada mês revisadas para baixo (hoje está em 1%), inflação em 2015 de 10,67% e em 2016 (acumulada até novembro) de 6,99%, e que há tempos nem tangencia o teto da meta inflacionária, taxas de juros ao consumidor que chegam aos surreais 420% a.a. (cartão de crédito), filha ilegítima de uma Selic de 14,00% a.a., carga tributária média entre 33 e 34% do PIB, maior da América Latina e, não esqueçamos, brutalmente regressiva. 3 Boletim Conjuntural do Conselho Regional de Economia do Ceará - Segundo Trimestre de 2016 (85) 3246-0523 - www.corecon-ce.org.br Sim o corpo está sentindo, e a cabeça está pensando, sinal que o paciente está procurando o tratamento, mas o remédio eficaz em geral não é o remédio saboroso. O governo precisa ser eficiente gastar menos e gastar melhor, isso todos sabem ser necessário, até aqueles que o negam por interesses políticos. Temos uma janela aberta, e reformas estão sendo propostas,

reforma da previdência pública, teto do gasto público (a famigerada PEC 241/PEC 55), reformas que acontecerão não importa como (é a economia real), mas a briga de caciques brutaliza o produto, onde o debate polirria. É a tacanha luta de classes como discurso político que só fomenta a luta prolongada, a pior de todas. Como disse Abraham Lincoln, não há guerra boa, mas a menos ruim é a guerra rápida. Apesar da covardia de comparar políticos brasileiros a Abraham Lincoln. O despertar da letargia política acabou de acontecer, mas alguns velhos caciques tentam capitanear o novo fôlego político que a população demonstra. Aliás é o caso da história brasileira, onde grupos incuráveis de sua hemiplegia moral, à esquerda ou à direita, vandalizam o desejo popular de chegar ao tão prometido futuro, mas um futuro sustentado pela força da inovação e do trabalho das pessoas e não por promessas e assistencialismos insustentáveis de ladrões que cinicamente se põe como bastiões da virtude. Hemiplegia trata-se de um tipo de paralisia cerebral, o acometido por esta fica com um lado do corpo paralisado.

O ovo ou a galinha? Crise política, econômica e fiscal



Carlos Eduardo dos Santos Marino

Vice-presidente do Corecon-CE e Doutor em Economia (CAEN/UFC)

Existe um dilema sobre causalidade que é sintetizado pela pergunta "O que veio antes, o ovo ou a galinha?". Essa pergunta, em linguagem simples, mas filosoficamente e cientificamente complexa, pode ser adaptada a situação atual do Brasil. Vivenciamos três grandes crises: a crise econômica, a crise fiscal e a crise política. Dos pilares que sustentam economicamente uma nação só escapamos devido ao volume de reservas internacionais, de uma crise externa. Investigar o elemento de origem da tripla crise é um tema relevante e deverá ser analisado no futuro por historiadores e economistas, mas o problema urgente é verificar como o Brasil pode superar suas dificuldades no curto prazo. Acredito que, apesar do componente externo derivado da redução da atividade econômica mundial e consequente queda do preço dos produtos brasileiros, a intensidade da crise econômica brasileira é derivada das crises fiscal e política, e em maior

intensidade, dessa segunda. A crise política impacta as expectativas, retardando os investimentos privados e o consumo. Em outra ponta, a crise política impõe ao governo a adoção de uma política fiscal restritiva, visando gerar expectativas positivas no mercado, mas a redução do custeio e do investimento do setor público tem efeitos negativos sobre o crescimento, intensificando a crise econômica.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) está em trajetória ascendente desde janeiro de 2014, atingindo 38,9% do PIB em março de 2016. Efetuando uma análise de mais longo prazo, percebemos que os níveis atuais de endividamento do setor público são inferiores aos registrados em praticamente toda a década passada. No final de 2002, a DLST era 59,9% do PIB. Em 2006, atingiu 46,5%, enquanto em 2010, a DLST registrada foi 38%. Percebe-se que nos anos de 2002, 2006 e 2010, estávamos em situação similar ou pior que a atual, sem com que analistas e sociedade levantassem a necessidade de um severo ajuste fiscal. Evidentemente, preocupa o crescimento exponencial da DLST a partir do segundo semestre do ano passado e o contínuo decréscimo real das arrecadações federal e estaduais, que são insustentáveis no longo prazo. Entretanto, a retomada do crescimento econômico corrigiria, pelo menos em parte, a queda na arrecadação. Logo, mais urgente que o ajuste fiscal, é necessário um choque de expectativas que destrave o investimento privado, proporcione a recuperação das receitas públicas e permita a redução dos juros. Se o elemento central a ser atacado são as expectativas negativas derivadas da crise política, resta então saber, quais os agentes políticos que serão capazes de conduzir esse choque nas expectativas. Aparentemente, a sociedade brasileira ainda não definiu quais serão esses agentes.

O Gigante pela Própria Natureza Continua a Dormir em Berço Esplêndido



Célio Fernando Bezerra Melo

Economista e Conselheiro do Corecon-CE

Brasil, uma das maiores riquezas do mundo (PIB) convive com uma das maiores desigualdades sociais do planeta (GINI). Temos desequilíbrios de todas as ordens: insegurança pública, saúde precária, educação deixando muito a desejar, falta de saneamento básico, rodovias inacabadas etc. A dívida crescendo sem limites e sem rumo, favorecida pelas altas taxas de juros de um País de muitas desconfianças. O resultado é a queda do nível de atividade. O sistema político deformado e com muitas patologias emprega retóricas de populismo ou de direita ou de esquerda. O Estado brasileiro se incha, ainda remunerando mal os servidores dos poderes, e é ineficiente por aparelhamentos partidários e de grupos de interesses, sem escrúpulos no uso da lei da vantagem, ancorados em corrupções e cobiças do poder pelo poder. O Brasil precisa urgente de um Plano de Estado para direcionar a sua matriz produtiva e de infraestruturas, que atendam a nossa sociedade. Precisa de desenvolvimento. Nosso País nos últimos 20 anos avançou nos indicadores de desenvolvimento humano-IDH com um crescimento alocativo significativo nos gastos de proteção social, dados do PNUD1 e MPOG-SOF 2 . A participação relativa dos gastos totais (excetuando amortizações e serviço da dívida) em proteção social em 1995 era de 64,34% e em 2015 chegou a 77,15%, enquanto o IDH foi de 0,65 para 0,76, no mesmo período. Houve eficácia no gasto público em proteção social em relação ao indicador de desenvolvimento humano, uma aparente conquista. Se houve eficiência na forma como os programas sociais foram executados? Isso é outra análise. Mas, a proporção de gastos em proteção social foi superior à variação alcançada pelo IDH, no período analisado. Enquanto em produção e infraestrutura, considerando a classificação de alocação por ministérios da SOF,

12

de 1995 a 2015, a alocação de gastos foi de 10,11% para 5,56%, uma trajetória em queda. Uma questão é certa: os gastos encontram seus ciclos virtuosos com a proximidade das eleições de maneira desordenada e sem objetivos de longo prazo. A Nação sofre mais. Hora de o gigante acordar.

A Crise Político-Institucional-Econômica do Estado Brasileiro

A história brasileira é marcada de contrastes desde as ricas Cortes aportadas no início do Século XIX e o trabalho escravo nos canaviais, e hoje, com uma maior urbanização e a favelização das periferias. Na economia, ciclos como o da borracha ou o do café concentravam a riqueza em coronéis e baronatos. Atualmente, grupos gigantes globalizados e locais, financeiros, industriais e do agronegócio, disputam com “representantes do povo” o poder de ditar o futuro de mais de 200 milhões de pessoas, sem consulta, no Estado paternalista que diz: “Eu sei o que é bom para você meu filho”. Pátria amada idolatrada salve, salve o seu povo tão sofrido pela sordidez política-institucional aprofundado em um poço de desigualdades de uma nação que já foi tão esperançosa e crente num futuro melhor. Propostas de Emenda Constitucional tramitam como panaceias de estruturas rasgadas por dilemas morais e éticos, diante de um povo pasmo e paralisado olhando um filme, sem acreditar no surrealismo das posições de nossos “líderes”. Indignação sem cortes, sem censura de um Estado de Direito sem respeito à população, com prisões superlotadas e bandidas grandes e pequenas nas ruas, da capital federal aos guetos dos poderes do Estado. A sociedade brasileira tornou-se invisível, combatida com mais de 12 milhões de desempregados e atividade econômica à beira de uma depressão econômica, com juros altos e imunidade a quem se presta a defender o trono. Isto não está certo! Precisamos priorizar o que de fato atenda ao povo brasileiro. É necessário um novo contrato social, nova constituição, novos líderes no poder e uma nova economia pujante e sustentável, que gere emprego e renda. O Brasil é rico e não pode ser saqueado sem punição. É necessária uma política de desenvolvimento com reformas estruturais e não ‘pontuais de prazos longos’, concebendo um novo sistema político, a defesa das instituições e segurança ao cidadão deveria marcar um novo Estado Brasileiro que cumpra o seu papel e dê proteção às nossas atuais e futuras gerações.

Gestão por Resultados no setor público



Desirée Mota

Economista e conselheira do Corecon-CE

A Gestão por Resultados (GPR) no Setor Público, que antes era somente uma proposta, tem sido de fato um caminho de otimização de administração no Brasil, particularmente no Ceará na última década e em Fortaleza nos últimos anos. Com o modelo baseado em uma agenda estratégica, prioridades, objetivos, iniciativas, metas e planos de ação, buscou-se apresentar à população outra forma de gestão. Monitoramento de projetos, atividades e orçamento, estabelecimento de indicadores de desempenho e a avaliação dos produtos e das políticas públicas, resultando na “accountability” da gestão pública, ou seja, uma efetividade que tanto a sociedade almeja. Em 2003, o Governo do Estado buscando crescimento com inclusão social, princípios da GPR foram sendo implementado, como equilíbrio fiscal com estratégias, choque de gestão, e implementação de operações de créditos visando resultados efetivos para o Ceará. Adotando este novo modelo como referência, em 2005, o Estado, por intermédio do planejamento, incorporou a “cultura” na execução das políticas públicas, nos relatórios de desempenho de gestão por resultados, no compromisso de cada órgão na apresentação de produtos e serviços entregues aos cidadãos, nas reuniões de Grupos Técnicos e principalmente nas prestações de contas ao Tribunal de Contas do Ceará (TCE). Em 2007, o acompanhamento dos programas e o monitoramento dos projetos através do Sistema de Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários (MAPP), trouxe avanços. Em 2008, as matrizes de GPR foram atualizadas nos novos eixos de atuação, o Ceará então passou a ser um parceiro no projeto federal GESPÚBLICA. Em 2008, as criações da Escola da Gestão Pública do Ceará (EGP), um instrumento de viabilização do aprendizado técnico e do Congresso Ceará Gestão Pública, promoveram a capacitação e a reflexão de boas práticas de gestão com resultados. Em 2009, o Relatório Setorial de Performance dos órgãos passou a

ser um indicador de desembolso de recursos do SWAP II (Operação de Crédito com o Banco Mundial). 6 Boletim Conjuntural do Conselho Regional de Economia do Ceará - Segundo Trimestre de 2016 (85) 3246-0523 - www.corecon-ce.org.br

A partir de 2010, no Governo do Estado do Ceará tem se mantido o modelo da GPR e os resultados têm sido aprovados pelos cearenses. A ponto de, a partir de 2013, a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) desde seu plano de governo, tem adotado a Gestão por resultados como norte de seu planejamento. Uma maior aproximação da população através do PPA digital, Planejamento Plurianual com a participação dos cidadãos nos bairros da cidade. Também foi adotado além de sistematização de vários processos que antes não eram a implementação em toda a Prefeitura do MAPPFOR (Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários da Cidade de Fortaleza), acompanhando as atividades e os recursos utilizados em tempo mais hábil. Resultando em mais obras para a população na mobilidade e na moradia, melhoria na educação e atendimento mais personalizado na saúde. O Gerenciamento eficiente concatena para redução de desperdícios de tempo e de recursos públicos e aumento na transparência da gestão. Implicando no avanço do controle social e maior aproximação com a sociedade, deixando fluir o estado democrático tão debatido nos últimos tempos. A Gestão por Resultado no setor público gera reconhecimento deste novo padrão. A busca pelo melhor serviço para o povo se torna mais tangível, uma melhoria contínua transformando Estados e Municípios. Planejar para quatro anos, compatibilizando as possibilidades de arrecadação e atendimento às obrigações legais, aliadas ao suprimento das necessidades comunitárias, não é nada fácil para um gestor público. O Planejamento é base para todo o sucesso da administração. No entanto é preciso saber planejar e a Gestão por Resultados é fundamental para alcançar os resultados que a população espera e almeja.

Porque a independência do Banco Central



Henrique Marinho

Conselheiro Suplente do COFECON e Sócio Diretor da C&M Consultoria Econômica e Financeira

Novamente o assunto da independência do Banco Central do Brasil ressurgiu nessa mudança de governo e proposta pelo Ministro Henrique Meireles, que já presidiu e conhece a necessidade dessa autonomia. A maioria dos Bancos Centrais do mundo gozam dessa prerrogativa de autonomia para poderem executar a política monetária com mais eficácia. A missão dos bancos centrais é preservar a estabilidade dos preços e, mais recentemente cumprir as metas de inflação que são propostas pelo governo ou por órgãos reguladores. Para seu cumprimento precisa ter autonomia para definir taxas de juros e volume de crédito, sem interferência política dos governos.

Como característica fundamental para essa autonomia é a definição de mandatos para os diretores e presidente, que deve ter mandato não coincidente com o do Presidente da República, para evitar indicações políticas. O Governo indica os membros da Diretoria e Presidente, que normalmente são submetidos à sabatina do Parlamento para o mandato, tirando do governo o poder de demitir. No caso específico do Banco Central do Brasil, existe um avanço institucional porque os Diretores são sabatinados pelo Senado e os últimos Presidentes da República têm dado relativa autonomia às decisões do Banco na definição das taxas de juros para cumprir a meta de inflação, mas os Diretores não têm mandatos e estão sujeitos a demissão a qualquer momento por parte do Governo. É preciso avançar mais para tornar Banco Central do Brasil independente para cumprir sua missão sem riscos de interferência dos Governos.

O Desempenho da Economia do Nordeste em 2016

O Desempenho da atividade econômica no Nordeste neste ano de 2016 tem sido impactado desde o ano passado pela trajetória desfavorável da economia brasileira, que vem passando por forte ajuste macroeconômico como ainda de incertezas frente à nova política econômica do Governo Temer.

A região, pelas suas características de representar apenas 13% do PIB nacional, a despeito de ter mais de 30% da população do país, ainda depende muito das políticas públicas no que concerne ao desenvolvimento regional e de redução de pobreza, influenciada pelos incentivos e investimentos públicos para atrair investimentos privados e, principalmente dos programas sociais e transferências de recursos. São essas políticas que garantem a geração de renda e emprego para uma das regiões mais pobres do País.

Até 2014, o desempenho da região vinha mostrando crescimento superior à apresentada pela economia nacional, projetando uma melhoria na distribuição de renda e redução da pobreza. No entanto, os ajustes iniciados em 2015 e que continuam neste ano tem mostrado um efeito perverso nos estados da região, por essa dependência de políticas públicas, do que nas regiões mais ricas do país, senão vejamos a partir dos dados divulgados pelo IBGE para o PIB do primeiro semestre como os do Banco Central pelo IBCR, que é um indicador antecedente que mede o nível de atividade da economia. Tanto o Brasil com os principais estados da região que calculam o PIB apresentaram desempenho negativo no primeiro semestre deste ano, sendo que o impacto na região foi de resultado mais negativo, exceto para a Bahia. Enquanto o Brasil apresentou um resultado negativo de 4,6%, o Ceará foi de -5,08, Pernambuco de -6,7 e a Bahia de -3,9%. Considerando o IBCRNE, calculado pelo Banco Central, como uma média ponderada dos três estados, o indicador diminuiu -5,1% no ano, até julho e no período de doze meses alcançou -5,0%, enquanto que no Brasil foi de 5,53%, encerrado em julho e 5,61% em doze meses.

A Previdência Complementar - Fonte de poupança para o País



Izabel Christina de Carvalho Colares Maia

Economista da Audiplan Consultoria Empresarial SS e conselheira do Corecon-CE

O sistema de previdência complementar ou privada, tanto no Brasil quanto no mundo inteiro, desempenha relevante papel econômico e social, mediante duas funções principais: garantir no médio e longo prazo os recursos necessários para assegurar o pagamento de aposentadorias e pensões dos seus participantes e associados, bem como contribuir para a formação de fundos de poupança compulsória que auxiliam no financiamento da economia em geral.

A previdência privada está segregada em dois níveis: a) o das entidades fechadas destinada aos empregados de determinadas empresas, grupo de empresas, sindicatos, instituidores etc; e b) o das entidades abertas acessível a qualquer cidadão.

No Brasil a previdência complementar fechada está regulamentada pelas Leis Complementares nº 108 e 109/2001.

Daremos maior ênfase aos Fundos de Pensão que administram os recursos das entidades fechadas de previdência privada. Estes não visam lucro e as contribuições para formação dos fundos originam-se de duas fontes: do trabalhador participante e de sua empresa empregadora denominada patrocinadora.

Além de sua atividade-fim, que é precipuamente social, as entidades administradoras dos fundos atuam como investidores que possuem uma função econômica relevante para o país, porquanto detém status de único mecanismo institucionalmente amadurecido de formação de poupança estável e de longo prazo.

Os recursos administrados pelos fundos de pensão contribuem como alavanca do desenvolvimento, viabilizando investimentos essenciais, tanto aplicando em títulos governamentais como em projetos econômicos e de infraestrutura. Esses fundos são investidores de perfil conservador, não agem

como especuladores, mas sempre tendo a prudência como norte. Além do que, são subordinados a normas reguladoras do sistema que estabelece critérios de aplicação dos recursos visando à segurança do próprio sistema e dos participantes/poupadores.

Segundo publicação no site da Superintendência Nacional de Previdência Complementar-Previc, no Brasil o patrimônio dos 307 fundos de pensão montava em dezembro de 2015, valor em torno de 720,5 bilhões, representando 13% do PIB do país. Entre os 10 maiores fundos de pensão, destaca-se em primeiro lugar a PREVI, fundo dos funcionários do Banco do Brasil, com patrimônio de 156 bilhões.

No Nordeste, tem participação relevante a Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB - Capef, que detém patrimônio de 3,2 bilhões, sendo a segunda colocada em termos de patrimônio na região e uma das que apresentou maior rentabilidade para seus ativos no último exercício de 2015, segundo informações da empresa especializada Aditus Consultoria.

À guisa de informação, dados constantes na edição 845 de abril/2015 da Revista Carta Capital em reportagem sobre Fundos de Pensão indicam que nos Estados Unidos os ativos desses fundos de pensão correspondiam a 113%, em 2015, no Reino Unido a 131% e na Holanda - 170%.

Assim, fica patente a importância da previdência complementar fechada para todos os atores envolvidos: a) os participantes/associados mediante a garantia de uma renda complementar em torno de 65% do montante quando da vida laboral, assegurando-lhes o exercício amplo de cidadania; b) as empresas patrocinadoras que a utilizam como importante ferramenta de RH, permitindo sentimento de segurança ao empregado e boa imagem junto à sociedade; c) as entidades administradoras dos fundos de pensão, que contribuem sobremaneira, por meio da aplicação dos seus investimentos, para o desenvolvimento social e econômico do país.

Por fim, lembramos a todos a necessidade da formação, especialmente entre os jovens, de uma cultura previdenciária, mostrando-lhes que a Previdência Complementar afigura-se como alternativa de renda contínua para garantia de uma aposentadoria tranquila!

Análise do Câmbio



Lauro Chaves Neto

Conselheiro e ex-presidente do Corecon-CE , Consultor, Professor da UECE

O cenário político tem dominado as atenções do mercado financeiro como um todo e do câmbio particularmente. O after impeachment trará mudanças ao modelo de matriz econômica adotado nos últimos anos. O clima de euforia com a mudança de governo é gerado com expectativas que precisam se confirmar em ações efetivas de política cambial. Usualmente o mercado já precifica o câmbio na expectativa, para realizar os seus ganhos na concretização da realidade. O BC tem tido uma postura forte agora na contenção da valorização do real, com a oferta de swaps reversos, procurando que não desça abaixo dos R\$ 3,50 por dólar.

Neste cenário de incertezas é muito difícil fazer qualquer tipo de projeção ou previsão, porém o dólar entre R\$ 3,50 e R \$3,80 não terá um impacto tão relevante que altere as tendências das exportações e importações de uma forma global, os saldos da balança comercial deverão continuar positivos ao longo de 2016. O IED depende muito do grau de confiança que os investidores estrangeiros têm na economia e no governo do Brasil no médio e longo prazo. O fluxo cambial deverá começar a apresentar melhor desempenho, mesmo com altos e baixos e terminar em 2016 positivo. O último Boletim Focus mostrou queda na projeção para o dólar em 2016 de R\$ 3,80 para R\$ 3,72. Já para 2017 o mercado espera que a taxa de câmbio fique em R\$ 3,91 ---anteriormente, a estimativa era de R\$ 4.

A Perícia Econômico-Financeira



Marcos Matos Brito de Albuquerque Júnior

Economista Perito e mestre em Economia e Finanças pela Universidade Federal do Ceará

A Perícia Judicial vem nos últimos anos despertado grande interesse por parte de diversos profissionais, assim como dos economistas. Os profissionais de economia são plenamente habilitados para realização de perícias econômico-financeiras quais sejam, aquelas que consistem em exames, avaliação e vistoria da aplicação de indexadores e taxas de juros em operações bancárias (Cheque Especial, Leasing, Cédulas de Crédito rural, comercial e industrial), Sistema Financeiro de Habitação, factoring, Liquidações de Sentenças, atualização de valores e ainda recuperação de empresas.

Os peritos são auxiliares da justiça e tem como objetivo principal a busca e demonstração da verdade por meio da utilização de técnicas científicas e, portanto, exige alto grau de conhecimento técnico, constante atualização das técnicas e da legislação aplicadas em cada caso além de independência na conformação de suas análises. É o profissional que, em função da matéria abordada nos autos, vai auxiliar aos magistrados, bem como os advogados, para esclarecer aspectos técnicos inerentes à sua profissão. Tais aspectos podem ser pertinentes a diversas áreas do conhecimento, bastando inicialmente curso superior na área em que transcorrer a perícia (economistas fazem perícias econômico-financeiras; engenheiros fazem perícias de engenharia; médicos de medicina; contabilistas perícias contábeis, entre outras). O perito judicial é chamado para esclarecer dúvidas técnicas e científicas de processos judiciais, através dos conhecimentos que obteve na universidade. Os laudos periciais e pareceres, pelos quais é responsável, será uma prova no processo. Ao se valer deste procedimento, os magistrados determinam sua realização denominando tais peças rotineiramente de perícias. Com efeito, por mais capaz que seja o magistrado, pode-lhe faltar algum conhecimento técnico ou científico em determinada área, e, nesta circunstância, a Lei outorga-lhe a faculdade de recorrer a uma pessoa de elevada e reconhecida capacidade profissional para

auxiliá-lo na busca de elementos de convicção para decidir.

Sabemos que as perícias de natureza econômico-financeira são aquelas que examinam fatos e situações inerentes aos mercados, as finanças, aos juros entre outros conhecidos ciclos da economia. Pois, ao economista cabem analisar e interpretar os fenômenos que estão atrás dos atos registrados. Exige, por exemplo, capacitação técnica para realizar estudos comparativos de índices e formação de indicadores econômicos, ao tratar da análise da correção monetária de contratos, de mercados e de setores econômicos nas avaliações de empresas, de custos formação de preços entre outros.

Acreditamos ser esta mais uma oportunidade para o fortalecimento da profissão do economista, como também mais um nicho de mercado de trabalho para aqueles que desejarem trilhar o caminho das Perícias Judiciais e Extrajudiciais.

Política de rendas: por que e para quem?



Ricardo Eleutério Rocha

Economista e Professor da Unifor

Conforme o pensamento ortodoxo, o mercado é o alocador mais eficiente dos recursos na economia. Os desequilíbrios econômicos são temporários, pois os agentes econômicos agindo com liberdade e em benefício próprio conduzem a economia inexoravelmente ao equilíbrio. A desigualdade é a regra social. Para o liberalismo, portanto, a melhor política de rendas é não ter política de rendas.

A heterodoxia econômica, em oposição, sublinha que a igualdade deve ser a regra e a desigualdade (inerente às economias do capital) deve ser reduzida. Como o mercado é imperfeito, o Estado deve arbitrar preços, salários, aluguéis, juros e câmbio buscando reduzir a desigualdade distributiva. A política de rendas pressupõe, portanto, intervencionismo e dirigismo estatal. 4

No Brasil, onde 1% da população detém um quarto da renda, o Estado Leviatã, sob o signo da corrupção, comprometeu historicamente o crescimento e a distribuição de renda. Com a acelerada deterioração macroeconômica dos últimos dois anos, a queda na desigualdade verificada especialmente ao longo dos anos 2010 foi interrompida. O desafio das políticas públicas no Brasil é oferecer iguais oportunidades para que sejamos menos desiguais.

